

## O EMPÍRICO E O TRANSCENDENTE, O COGITÁVEL E A CREDIBILIDADE: INGREDIENTES DA COMUNICAÇÃO

ADÍSIA SA

O homem tem procurado sempre firmar-se e afirmar sobre a realidade.

O que é, entretanto, o real? É o experienciado, o lógico, ou cogitável?

Os positivistas, desde Comte, vêm respeitando a concepção que afirma: "Somente são reais os conhecimentos que repousam sobre fatos observados." (1)

O que são fatos observados; aqueles empiricamente experienciáveis?

Estes fatos observados, por serem empiricamente experienciáveis, serão reais ou não passarão de sombra do real?

A origem destes fatos observados estará neles mesmos ou fora deles?

Estes fatos, direi, serão eles mesmos ou produto de uma fonte?

O que é real: o que se experiencia diretamente ou aquilo que se capta?

O que é real: o que acontece ou o que é possível e/ou passível de acontecer?

O que é real: o captado ou o que gera o captado?

A notícia, por exemplo, é o retrato do fato ou a cópia do fato?

A notícia, prosseguo, mesmo quando dada no condicional, é aceita pelo público?

---

(1) Augusto Comte — *Curso de Filosofia Positiva*, pág. 11.

Empiricamente não acontecida, digamos, mas cogitável, portanto possível, a notícia é aceita pelo público.

A notícia, mesmo de impacto, por sua gravidade ou sensacional motivação, sendo pensável, deixa no leitor a expectativa do verificável, portanto, do possível e por isto, é aceita como realidade.

Mesmo não sendo real (real aí tomado como acontecido, concreto, experienciável) pelo seu caráter cogitável, a notícia é aceita pelo leitor. O jornalista, então, forma opinião:

— quando divulga o real (acontecido);

— quando divulga o cogitável (possível e passível de acontecer).

Mas, de onde vem a credibilidade do povo na Imprensa?

Volto ao tema inicial, ou seja, o que é o real?

O real seria o verificável, o experienciável?

A todo homem é dada a oportunidade de verificar, de experimentar o real?

A realidade de um fato noticiado, se bem que não seja verificada e experienciada pelo leitor, é tida como verdadeira justamente por ter sido divulgada.

Não podem ser constatadas, pelo leitor, todas as notícias, isto é, o leitor não pode comprovar de perto, experiencialmente falando, a sua existência. As afirmações da Imprensa satisfazem o leitor. O leitor outorga, por assim dizer, à Imprensa, o direito que lhe é natural: o de conhecer.

Conhecer, como sinônimo de verificar, constatar, experimentar.

O leitor, não tendo acesso ao real (notícias... fatos... fonte...) crê na Imprensa, a ela dando um poder de verificação de tudo que divulga.

E, por assim dizer, crendo neste poder da Imprensa (acesso ao real...) o leitor dá foro de verdade ao que se noticia.

Mas, a Imprensa tem mesmo acesso ao que divulga?

Não acontecerá com a Imprensa o mesmo que se passa com o leitor, isto é, não apenas toma uma "fonte" como verdade do que divulga ou informa? Digamos, a Imprensa não acredita nas notícias divulgadas pelas Assessorias, pelo *press-release*? Não apenas dando guarida, como divulgando nas páginas dos jornais e nos horários de emissoras de rádio e televisão?

O real, então, é verificável ou simplesmente lógico, cogitável?

O real não estará, então, além do físico, do divulgado, do recebido?

A notícia é o acessível. O real, não.

O direito à informação, então, é uma coisa e o acesso às fontes de informação, outra bem diferente.

Se bem que Freitas Nobre diga:

"Ou existe, além do voto livre a liberdade de crítica, a liberdade de acesso às fontes de informação, a liberdade de circulação dos periódicos, a liberdade de informação, ou a democracia é uma

farsa" (2) eu acredito que existe a liberdade de circulação dos periódicos, como creio que existe a liberdade de informação — independentemente do sistema político. O que não creio é que exista a liberdade de acesso às fontes de informação.

Os sistemas políticos não impedem, salvo em casos excepcionais, a liberdade de circulação dos periódicos. O que não temos, independentemente de sistemas políticos, como disse, é a liberdade de acesso às fontes de informações.

Os sistemas políticos sabem, como o próprio Freitas Nobre frisa, "que a liberdade de pensamento é uma liberdade individual, e que a liberdade de expressão, a liberdade de informação é uma liberdade coletiva". (3)

Mas, como venho desenvolvendo, pretendo demonstrar que o homem não tem liberdade de acesso às fontes de informação.

As fontes de informação ou o real, nem a Imprensa chega, quanto mais o leitor.

A sede do homem pelo saber, entretanto, é tão grande, que o jornalista, representando a espécie, e aproveitando a sua situação profissional, não se contenta, quase sempre, com o que pode divulgar que, expondo-se, vai às últimas conseqüências e procura chegar e algumas vezes chega, à fonte de informação.

No meu entender, então, o direito à informação nem sempre é sinônimo de acesso à fonte de informação.

O transcendente, neste caso, não é simples especulação metafísica.

Se o jornalista nem sempre pode vivenciar ou ver ou constatar diretamente o fato que noticia, o que dizer do leitor?

O fato (o real), torna-se, então, inacessível, inapreensível, incognoscível, transcendente. O fato fica, sem dúvida no mundo das "coisas em si".

E eu não estou me referindo, à semelhança de Freitas Nobre, quando escreve: "Os grupos que controlam muitas das empresas jornalísticas ou de radiodifusão, televisão, cinema, agências de publicidade e que cortam a publicidade para os veículos de divulgação quando estes divulgam aquilo que não lhes interessa, tolhem, direta ou indiretamente, a liberdade de informação." (4)

Tampouco faço alusão ao aspecto moral do problema: "Assim, a causa do caos político, social, econômico, administrativo, que assistimos, não está na liberdade de Imprensa, mas no seu aviltamento para o qual contribuem os grupos econômicos e a própria administração pública que transforma, muitas vezes, o jornal ou as emis-

---

(2) Freitas Nobre. *Lei de Imprensa*. São Paulo, Saraiva, 1965, pág. 4.

(3) Idem. *Ibidem*. Pág. 5.

(4) Idem, pág. 2.

soras, em bancas de feiras-livres, onde, com importâncias cada vez mais altas, compram-se, vendem-se até consciências.” (5)

Minha preocupação, no momento, é a colocação filosófica da questão.

Tento demonstrar que existem dois mundos externos:

- o mundo externo empírico;
- o mundo externo transcendente.

E eu considero transcendente o distante, o inacessível, o inexperienciável. Embora real.

Não discuto se o jornalista não chega ao “real” por pressões políticas, econômicas ou morais. O jornalista descreve apenas o “mundo real empírico” (que lhe dizem... que lhe mostram... que lhe descrevem). Não o mundo real. Transcendente. Privilégio do *Poder*.

*Poder* não como simples sinônimo de político, econômico, moral, Estado, Igreja. *Poder* não como sinônimo de conveniências estatais, ideológicas, sociais, domésticas, pessoais. *Poder* como tudo aquilo que transcende ao observador, ao divulgador, ao comunicador. O Poder é de ordem metafísica, isto é, além do sensível. O Poder é transcendente, isto é, independente.

O desejo de conhecer, digo repetindo Aristóteles, é natural ao homem e tem foros de certeza. O homem não quer apenas conhecer o empírico, isto é, o mostrado, o divulgado, o noticiado, o permitido, sim chegar à fonte, ou seja, à certeza, à verdade.

O leitor não tem acesso à fonte de informação, à verdade, à certeza. Aceita, conseqüentemente, como verdade e certeza, o que a Imprensa informa e divulga.

O jornalista, repito, vai além, sempre procura a fonte, sempre deseja chegar à certeza, à verdade. E esta busca incessante é a característica do jornalismo, é o traço do jornalista.

Já que o leitor não pode ir à fonte, à fonte irá o jornalista.

Contentar-se o jornalista, então, com o enlatado que lhe enviam as assessorias, os *press-release*, representa a sua capitulação passiva ante o “dado”, o “mostrado”, o “enformado”.

O jornalista tem que ir à informação e não à “enformação” ou seja, ao que bitola, ao que amolda, ao que “enforma”, na expressão feliz de Cassirer.

Quando eu digo que “o leitor não tem acesso à fonte de informação”, estou enfocando o homem através dos tempos. Como sabemos, o homem manteve, inicialmente (como a criança e o seu mundo), contato direto com os objetos circundantes. A certeza lhe vinha, então, deste encontro. Com a complexidade gradativa da vida social, tal aproximação desaparece. O homem passa, então, a conhecer por vias segundas. O mundo chega ao seu conhecimento indiretamente.

---

(5) Idem, pág. 5.

A Filosofia grega pré-socrática e mesmo a socrática, bem como a Filosofia Medieval, estiveram voltadas para o problema do "real" e do "aparente", do "particular" e do "universal". Até nossos dias, com o Positivismo, o Empirismo e o Pragmatismo, este tema preocupa filósofos e cientistas, ou seja, o "dado"... o "real"... o "incognoscível"... o "experienciável"... o "concreto"... o "metafísico".

Venho defendendo a tese de que o mundo externo transcendente existe lado a lado com o mundo externo empírico. Não estou afirmando um dualismo, como, digamos, na visão platônica. Tampouco expresso o pensamento de Spinoza de *natura naturans* e *natura naturata*. Muito menos sigo a linha cartesiana do *res cogitans* e do *res extensa*.

Para mim o mundo externo transcendente é tão real quanto o mundo externo empírico.

O mundo em que vivemos, racionalizado, montado, fabricado, artificial, hominizado, emana de um Poder também concreto, mas envolto, oculto, inatingível direta e empiricamente. Poder pertencente ao sistema, porque não está fora do sistema, tampouco constitui outro sistema, por ser, isto sim, o próprio sistema.

O Poder, do qual emana tudo, é invisível, mas os seus atos ou decisões são visíveis e constatáveis, experienciáveis. E é justamente pelos atos que reconhecemos a existência do Poder.

O fato, então, é empírico; o Poder, analítico.

Mas, o empírico será verdadeiro?

Aqui o meu dilema — a verdade, a certeza estão no Poder? Coincidentemente o fato pode conter e ser verdade e certeza? Não será, o fato, só sombra emanação do Poder? Portanto, emanação da certeza e da verdade?

A questão envolve colocações éticas e criteriológicas, mas eu estou, no momento, no campo gnosiológico e metafísico.

Acredito que o homem deva inconformar-se com o mundo externo empírico, buscando o mundo externo transcendente.

Esta inconformação, filha do direito natural de conhecer, é responsável pela dilatação do mundo cognoscível e da realidade. Pelo homem.

O homem sempre acreditou que exista algo mais do que aquilo que vê, ou seja, o conhecido mundo de nossos sentidos é insignificante ante o mundo desconhecido, inapreendido pelas sensações. Pelo pensamento o homem é capaz de assenhorear-se do eterno no temporal.

Tales, Pitágoras, Demócrito e Platão, entre outros, buscaram um mundo, que não só o dos sentidos.

A mente sempre quis ler entre, ou seja, buscar o invisível através do visível. O fato, o dado, o experienciado, isto é, superficial e

sensível, transitório e finito. Urge descobrir-se o oculto, o gerador de tudo, o Poder. A Fonte.

O jornalista, assim como o cientista que deseja a razão para os fatos observáveis, deve aspirar a certeza, a verdade e encontrar a explicação do fato, ou seja, ir à fonte de informação à própria informação.

Satisfazer-se, o jornalista, com o que capta — vê, ouve, recebe, é negar o traço fundamental de sua profissão e que é desnudar o fato, chegando à fonte, à informação.

Chegar à fonte de informação, ou seja, ao mundo exterior, transcendente, é o desejo do jornalista.

A esfinge, ao contrário do que afirma, continua lançando seus enigmas ao homem. E cabe ao homem decifrá-los. No caso do jornalismo, a esfinge existe na pessoa ou sob a forma do Poder... fonte emanadora.

Retomando a linha de meu raciocínio: creio que as duas faces da realidade, por mim chamadas de:

— mundo externo transcendente e

— mundo externo empírico sejam instrumentos do homem na aquisição da certeza e da verdade. Certeza e verdade, que são as legítimas aspirações axiológicas do homem.

Transcendendo ao fato observável, o Poder se torna, quase sempre, inacessível, sendo sua existência deduzida. Logicamente provada.

E o Poder, que faz e que é este chamado mundo externo transcendente, é constituído pelo homem, não por deuses e/ou agentes sobrenaturais.

Dinheiro, política, religião, tudo isto que conduz o homem e que forma e constitui o Poder, é filho do homem.

A transcendência, para mim, é concreta, real e humana, mesmo quando cognominada de "instituições", "regras", "leis", "normas", "convenções".

A invisibilidade do Poder não representa "mistério", "além", "outro mundo": significa apenas que o Poder está oculto, portanto, momentaneamente inacessível...

Como vemos, não confundo Poder com o "estado teológico" ou com o "estado metafísico", de Comte.

O Poder é, para mim, real, num mundo real. Apenas, repito. incognoscível. E, como já disse noutro artigo, cada um de nós é, simultaneamente, emanador e emanado, poder e dominado. (6)

É o homem, sem dúvida, que faz a sua história. É o Poder, com certeza, que faz a História do homem. Ou, como diz Vico:

"O que fez tudo isso foi, na verdade, a mente, dado que fizeram

---

(6) - V. *Revista de Comunicação Social*.

os homens com inteligência. Não se trata de destino, porque o fizeram com escolha. Nem foi acaso." (7)

É possível, então, chegar-se à fonte de informação, à informação, ao Poder?

Não se trata mais de discutir-se *se existe algo*, pois que dissemos que sim:

- mundo externo empírico.
- mundo externo transcendente.

Trata-se, isto sim, de saber-se *se é possível conhecer*.

Eu digo que é possível conhecer, mas não afirmo se este conhecimento é verdadeiro e certo, já que parto da premissa de que o mundo externo empírico é espelho, sombra, espectro, emanção, condução do mundo externo transcendente.

E, finalmente, resta-nos saber *se é possível transmitir*. (8)

Ora, se o que se capta (notícia, informação) é fatural, isto é, fenomenicamente elaborado e distribuído pelo Poder e se este Poder não é acessível, daí conclui que o comunicado pela Imprensa é imagem de imagem...

Transmite-se, o que se conhece. Conhece-se o que existe...

- é possível conhecer?
- é possível transmitir?

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — CARNAP, Rudolf. *Empirismo, Semântica e Ontologia*. São Paulo. Abril Cultural, 1975. 415p.
- 2 — COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo, Abril Cultural, 1973. 550p.
- 3 — JAMES, William. *Pragmatismo*. São Paulo, Abril Cultural, 1974. 456p.
- 4 — NOBRE, Freitas. *Lei de Imprensa*. São Paulo, Saraiva, 1965. 137p.
- 5 — POPPER, Karl R. *Três concepções acerca do conhecimento humano*. São Paulo, Abril Cultural, 1975. 415p.
- 6 — SCHLICK, Moritz. *Positivismo e realismo*. São Paulo, Abril Cultural, 1975. 415p.
- 7 — VICO, Giambattista. *Princípios de uma ciência nova*. São Paulo Abril Cultural, 1974. 185p.

---

(7) Vico — *Princípios de uma ciência nova*, pág. 184.

(8) Eu volto ao velho dilema cético gorgiano, objeto de várias reflexões minhas contidas em artigos e livros: existe algo?